



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

### ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - EDIÇÃO Nº 123 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 12 de setembro de 2016.

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

##### PORTARIA Nº 688/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR para, em conjunto com o Promotor de Justiça EDSON AZAMBUJA, atuarem no Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.09.0112, que tramita na 9ª Promotoria de Justiça da Capital, acompanhando o feito até seus posteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

##### PORTARIA Nº 689/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO para atuar nas audiências da 4ª Promotoria de Justiça de Gurupi - TO, no dia 05 de setembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

##### PORTARIA Nº 690/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem

prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Contrato Nº	Objeto do Contrato
Leandro Ferreira da Silva Mat. nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Mat. nº 106210	070/2016	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, destinados às Promotorias de Justiça de Augustinópolis, conforme especificações estabelecidas no Item 04, linhas 06, 07, 11 e 12 da Ata de Registro de Preços nº 042/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 017/2016, Processo Administrativo nº 2016/0701/00235, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 5 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

##### PORTARIA Nº 691/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR Camila Cristina Rosa Glicério como prestadora de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na Sede das Promotorias de Justiça Colinas do Tocantins, de segunda-feira a quinta-feira, no horário de 14h às 16h30min, no período de 1º de setembro de 2016 a 15 de dezembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 5 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

##### PORTARIA Nº 692/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça CALEB DE MELO FILHO para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Colinas do Tocantins- TO, no dia 20 de setembro de 2016,

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

Autos nº 5000381-85.2012.827.2713.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
TOCANTINS, em Palmas, 05 de setembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 693/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei  
Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LISSANDRO  
ANIELO ALVES PEDRO para atuar nas audiências da 1ª e 3ª  
Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins - TO, nos dias 21 e 22  
de setembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
TOCANTINS, em Palmas, 05 de setembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 694/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei  
Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça BEATRIZ  
REGINA LIMA DE MELLO para atuar perante o Egrégio Tribunal  
de Justiça do Estado do Tocantins, na sessão de julgamento da 1ª  
Câmara Criminal, no dia 06 de setembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
TOCANTINS, em Palmas, 06 de setembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 695/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo  
art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em  
conformidade com disposto no art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto  
de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR o servidor DAVID ANTÔNIO DA  
SILVA matrícula nº 90008, para, em substituição, exercer o cargo de  
Encarregado de Área, no período de 20 de agosto a 18 de setembro  
de 2016, durante a licença médica da titular do cargo Iracema Alves  
Brito.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
TOCANTINS, em Palmas, 06 de setembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00279

ASSUNTO: Ata de Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 404/2016** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 144/2016, às fls. 102/105, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e Parecer Técnico nº 076/2016, às fls. 106/108, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e do CESAF, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 05 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 079/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airtón Amílcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 20/2013.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apura um esquema de fraudes no Município de Araguaína para a doação de imóveis públicos (terrenos) nos anos de 2010 e 2011, que resultou na transferência dominial indevida de 195 lotes urbanos;

INVESTIGADO(S): Prefeito do Município de Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 12 de agosto de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 088/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airtón Amílcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: a notícia veiculada no ofício 304/2016/GAB/2ªVFP/ARNT0, o qual encaminha cópia da ação de mandado de segurança nº 5015435-78.2013.827.2706.

FATO(S) EM APURAÇÃO: possível violação à regra do concurso público a contratação de servidores temporários quando Jhon Wilky Ferreira de Oliveira postula nomeação e posse no cargo de Digitador, noticiando que foi aprovado em primeiro lugar no concurso realizado pelo Município de Araguaína em 2012, para o qual o edital previa duas

vagas, e que em outubro de 2013, data da propositura do mandamus, 5015435-78.2013.827.2706, o Município postergava a nomeação ao tempo em que mantinha em regime de contrato temporário diversos digitadores, com violação direta das regras insculpidas no art. 37, incisos II e IX, da Constituição Federal.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 29 de agosto de 2016.

## 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 055/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, 10º, 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0134

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar suposto cometimento de ato de improbidade administrativa, por agentes públicos ocupantes de cargos públicos no âmbito do Governo do Tocantins e pessoas jurídicas ou físicas beneficiárias dos atos ímprobos, tipificados nos arts. 9º, 10º e 11, da Lei Federal nº 8.429/92, em decorrência dos indícios de sobrepreço e superfaturamento na contratação e execução de serviços de conservação e manutenção de pavimento asfáltico nos trechos de rodovias estaduais especificados no Edital de Concorrência nº 013/2013 e nos contratos administrativos de prestação de serviços, autuados sob os números 029/2014, 030/2014 e 031/2014, celebrados no bojo do Processo nº 2013/38960/000023 entre a AGETRANS – Agência de Máquinas e Transportes do Estado do Tocantins e as empresas CSN Engenharia LTDA, EHL – Eletro Hidro LTDA e CCM – Construtora Centro Minas.

INVESTIGADO(S): as empresas denominadas EHL – Eletro Hidro LTDA, CSN Engenharia LTDA e CCM – Construtora Centro Minas, Alvícto Ozores Nogueira, ex-Presidente da AGETRANS – Agência de Máquinas e Transportes do Estado do Tocantins e, eventualmente, outros servidores públicos e terceiros que tenham colaborado ou concorrido para a ocorrência dos atos sob persecução ministerial.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 02 de setembro de 2016.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça  
(em substituição)

## 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 22/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotora de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2011.2.29.25.0005

FATO EM APURAÇÃO: Possível irregularidade ambiental e urbanística na ocupação das APMs 11-A e 11-B da Quadra 712 Sul, em Palmas/TO.

INVESTIGADO: Município de Palmas/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 08 de agosto de 2016.  
DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 08 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 23/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; art. 5º, inciso XXXII, e art. 170, inciso V, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2012.6.29.23.0231

FATO EM APURAÇÃO: Apurar possível descumprimento de cláusula contratual relativa à comercialização de lotes situados no Loteamento Jardim Janaína I, em Taquaralto, Palmas/TO.

INVESTIGADO: Janaína Construção e Incorporação Ltda

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 07 de agosto de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 07 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 24/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2015.2.29.23.0151

FATO EM APURAÇÃO: Acompanhamento e fiscalização do processo de revisão do Plano Diretor de Palmas/TO

INVESTIGADO: Município de Palmas/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 08 de agosto de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 08 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 26/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2011.6.29.25.0038

FATO EM APURAÇÃO: Possível invasão de Área Pública Municipal por Posto de Abastecimento de Combustíveis na Quadra 404 Sul, nesta Capital, bem como omissão do Poder Público local, no que tange à fiscalização da possível conduta irregular.

INVESTIGADO: Município de Palmas/TO e Petrolíder Comércio de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 07 de agosto de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 07 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE ADITAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA DO ADITAMENTO nº. 27/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; e art. 182, da Constituição Federal.

OBJETO DO ADITAMENTO: O presente Inquérito Civil para a ter como objeto de apuração "possível lesão aos direitos dos usuários do serviço público de fornecimento de água e esgoto, consistente na cobrança abusiva de Taxa de Esgoto, no aporte de 80% (oitenta por cento) do valor cobrado pelo fornecimento de água.

INVESTIGADA: FOZ/SANEATINS (Odebrecht Ambiental S.A)

LOCAL E DATA DO ADITAMENTO: Palmas-TO, 07 de agosto de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 07 de agosto de 2017.

**4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO**

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 092/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria Nº: 092/2016.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Improbidade Administrativa (10011). Violação aos Princípios Administrativos (10014), Dano ao erário (10012) e Enriquecimento ilícito (10013).

Objeto: Apurar possível prática de irregularidade no Contrato de Prestação de serviços de locação de máquinas pesadas/veículo nº 05/2014/SEMUDE, firmado entre a Prefeitura de Paraíso do Tocantins e ARTCON LOCAÇÕES.

Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO.

Representante(s): Ouvidoria MP/TO – Denúncia WEB.

Representado(a)(s): Prefeito de Paraíso do Tocantins/TO, Sr. Moisés Nogueira Avelino..

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.

Documento de Origem: Notícia de fato nº 044/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 31/08/2016.

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS**

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 18/2016 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC nº 42/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art. 10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2015.2711.0003-01.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa por parte do vereador CLEUDIMAR DIAS OLIVEIRA, consistentes em enriquecimento ilícito, prestação de serviços à Prefeitura de Palmeiras do Tocantins, através de locação de veículos e recebimento de salário de cargo público sem a devida prestação de serviço.

INVESTIGADO: CLEUDIMAR DIAS DE OLIVEIRA

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 02 de setembro de 2016.